



Acta n.º02/CCA/2010

Aos dezasseis dias do mês de Março de dois mil e dez, reuniram-se os membros que compõem o Conselho de Coordenação da Avaliação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, presidido pelo Sr. Presidente da câmara, tendo por objectivo fixar os critérios da ponderação curricular dos trabalhadores para o ano de 2010. Por unanimidade, deliberou-se o seguinte:

Considerando que com a publicação do Despacho Normativo n.º4-A/2010, de 8 de Fevereiro, os critérios de ponderação curricular e respectiva valoração, a que se referem o n.º 5 a 7 do artigo 42º e o artigo 43º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, aplicável à Administração Local pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2008, de 4 de Setembro, passaram a obedecer a critérios uniformes para todos os serviços da Administração Pública, os quais compreendem os elementos a ponderar, bem como o respectivo sistema de classificação e ponderação, proponho que a avaliação por ponderação curricular se realize de acordo com a aplicação dos critérios aqui estabelecidos:

**1 – (HAP) - Habilitações Académicas e Profissionais:**

Pondera a habilitação que corresponde a grau académico ou que a este seja equiparado, bem como a habilitação que corresponda a curso legalmente assim considerado ou equiparado.

Na valoração destes elementos, são consideradas as habilitações legalmente exigíveis à data de integração do trabalhador na respectiva carreira.

No caso de trabalhador do grupo “ Técnico Superior, Técnico e Especialista de Informática”:

Doutoramento..... 5 Pontos  
Mestrado/ Pós – Graduação .....3 Pontos  
Bacharelato/Licenciatura..... 1 Ponto

No caso de trabalhador do grupo “Técnico Profissional, Administrativo e Técnico de Informática”:

Bacharelato ou Superior..... 5 Pontos  
12º Ano..... 3 Pontos  
Até ao 9º Ano.....1 Ponto

No caso de trabalhador do grupo “Operário ou Auxiliar”:

12º Ano ou Superior..... 5 Pontos  
9º Ano.....3 Pontos  
Outros.....1 Ponto

## 2 – (EP) Experiência Profissional:

O elemento Experiência Profissional (EP) pondera e valora o desempenho efectivo de funções, cargos ou actividades, exercidos no ano a que diz respeito, incluindo as desenvolvidas no exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social, em função dos níveis de responsabilidade técnica, complexidade, autonomia e resultados alcançados.

A experiência profissional é declarada pelo requerente, com descrição das funções exercidas e indicação da participação em acções ou projectos de relevante interesse e devidamente confirmada pela entidade onde são ou foram exercidos os cargos, funções ou actividades.

São considerados acções ou projectos de relevante interesse, designadamente, todos aqueles que envolvam a designação e participação em grupos de trabalho, comissões, estudos ou projectos internos ou externos em representação do serviço, a actividade de formador, a realização de conferências, palestras e outras actividades de idêntica natureza, autoria ou co-autoria de livros, artigos ou outras publicações de carácter técnico, bem como aqueles que permitiram alcançar resultados relevantes.

>18 Anos.....	5 Pontos
> 2 Anos e ≤ 18 Anos.....	3 Pontos
≤ 2 Anos.....	1 Ponto

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

### **3 – (VC) – Valorização Curricular:**

Na valorização curricular são ponderadas as participações em acções de formação, estágios, congressos, seminários ou oficinas de trabalho, realizadas nos últimos 3 anos, nelas se incluindo as frequentadas no exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

Para esse efeito consideram-se os cursos, conferências, palestras, encontros, jornadas e colóquios.

Neste elemento são também consideradas as habilitações académicas superiores às legalmente exigidas à data de integração do trabalhador na respectiva carreira.

A valoração faz-se de acordo com o quadro infra:

#### ***Técnico Superior***

Participação em acções de formação até 100 horas, inclusive.	1
Participação em acções de formação superior a 100 horas e inferior a 200 horas.	3
Participação em acções de formação igual ou superior a 200 horas ou habilitação superior à exigida à data da integração na carreira.	5

#### ***Assistente Técnico***

Participação em acções de formação com duração total inferior a 60 horas.	1
Participação em acções de formação com duração total entre 60 e 150 horas	3
Participação em acções de formação com duração superior a 150 horas ou habilitação superior à exigida à data da integração na carreira.	5





***Assistente Operacional***

Sem acções de formação ou formação até 30 horas, inclusive.	1
Participação em acções de formação superior a 30 horas e até 60 horas, inclusive.	3
Participação em acções de formação igual ou superior a 60 horas ou habilitação superior à exigida à data da integração na carreira.	5

**4 – (EC) – Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social:**

Este elemento pondera e valora o exercício dos cargos previstos nos artigos 7º e 8º do Despacho Normativo n.º 4-A/2010, de 8 de Fevereiro, de acordo com o quadro infra:

Não exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de relevante interesse público ou social.	1
Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social até 3 anos.	3
Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social superior a 3 anos.	5

– A avaliação por ponderação curricular (PC), bem como cada factor nela considerado, será valorado através da aplicação da seguinte fórmula:

$$PC = (0,1 \times HAP) + (0,55 \times EP) + (0,2 \times VC) + (0,15 \times EC)$$

Ou, quando  $EC=1$

$$PC = (0,1 \times HAP) + (0,60 \times EP) + (0,2 \times VC) + (0,10 \times EC)$$

Em que:

PC – Ponderação Curricular;

HAP – Habilitações Académicas e Profissionais;

EP – Experiência Profissional;

VC – Valorização Curricular;

EC – Exercício de cargos dirigentes ou outros cargos ou funções de reconhecido interesse público ou relevante interesse social.

Nas carreiras com graus de complexidade funcional 1 (exigência de escolaridade obrigatória) e grau 2 (exigência do 12.º ano de escolaridade ou curso equiparado), o elemento de ponderação curricular “exercício de cargos dirigentes”, é substituído por exercício de funções de chefia de unidades ou subunidades orgânicas ou exercício de funções de coordenação nos termos legalmente previstos.

A pontuação final da avaliação quantitativa é expressa até às centésimas, e quando possível, milésimas.

- Quando a duração da formação seja indicada em dias, semanas ou meses, far-se-á a sua conversão da seguinte forma:

- A cada dia correspondem 6 horas;
- A cada semana correspondem 5 dias (30 horas);
- A cada mês correspondem 4 semanas (120 horas).

Se não existir informação quanto ao número de dias, será considerada a duração mínima de 6 horas.

- A avaliação final é expressa na escala de avaliação quantitativa e qualitativa relativa à diferenciação de desempenhos prevista nos termos do n.º 3 do artigo 43º, da Lei n.º 66-B/2007, inserindo-se as avaliações curriculares nas percentagens de diferenciação de desempenhos da Câmara Municipal (percentagem máxima de 25%, para as avaliações finais de desempenho relevante e, de entre estas, 5% do total de trabalhadores para o reconhecimento de desempenho excelente), da seguinte forma:

Desempenho Relevante, correspondente a uma avaliação final de 4 a 5 valores;

Desempenho Adequado, correspondendo a uma avaliação final de desempenho de 2 a 3,999 valores;

Desempenho Inadequado, correspondendo a uma avaliação final de 1 a 1,999 valores.

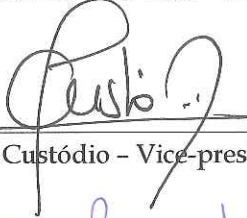
Os critérios ora definidos vigorarão para as avaliações por ponderação curricular realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Nada mais havendo a tratar e a deliberar, o Presidente do Conselho de Coordenação de Avaliação deu por encerrada a reunião, de cujo conteúdo se lavrou a presente acta que, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros presentes.

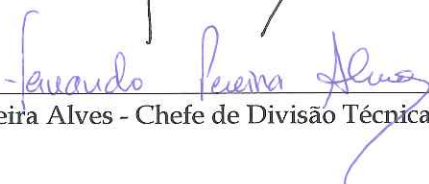
**O Conselho de Coordenação da Avaliação**



José Alberto Pacheco Brito Dias - Presidente da Câmara



Jorge Alves Custódio - Vice-presidente da Câmara



Fernando Pereira Alves - Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo